

A CAPTURA DE MANUEL NORIEGA

É assim que a história oficial costuma contar a deposição de Manuel Noriega, ditador do Panamá: operação fulminante, ditador algemado, bandeira tremulando vitoriosa e, claro, a palavra que encerra qualquer debate apressado — “sucesso”. Sucesso para quem, exatamente, quase nunca é a pergunta seguinte.

Naquele fim de Guerra Fria, os Estados Unidos precisavam de um enredo limpo: a URSS cambaleava, o Muro de Berlim tinha acabado de cair, e era importante reafirmar que o xerife do Ocidente continuava com o coldre em dia. O Panamá oferecia o cenário perfeito: um ditador caricato, um passado conveniente — Noriega fora colaborador da CIA durante anos —, a bandeira moral da “guerra às drogas” e um alvo pequeno o bastante para a operação parecer cirúrgica, quase asséptica, como propaganda de hospital.

A narrativa vinha pronta para consumo interno: – Entramos, fizemos o que precisava ser feito, derrubamos o tirano, restabelecemos a democracia. Fim. Palmas.

Só que uma crônica, ao contrário de um relatório militar, não se contenta com o ponto final. Ela faz o serviço ingrato de acrescentar perguntas onde o discurso oficial quer pontos definitivos.

Porque “sucesso” é uma palavra traiçoeira. Ela cabe no noticiário, na fala do porta-voz, mas escorrega nos escombros das casas que desabam, nas listas de mortos que nunca viram as manchetes e na memória dos que ficaram. Para o comando militar, a operação foi impecável; para a família que acordou com bombas caindo sobre o bairro popular de El Chorrillo, aquele dezembro de 1989 talvez tenha outro nome.

Um dos truques mais antigos da política internacional é escolher o ponto de vista a partir do qual se mede o êxito. Se o objetivo é prender Noriega e mostrar ao mundo que “quem manda aqui ainda sou eu”, tudo certo: missão cumprida. Mas se o critério envolve vidas civis, soberania, trauma social, o conceito de sucesso começa a ficar, digamos, menos fotogênico.

O caso do Panamá tem algo de laboratório: é como se os Estados Unidos, ao fim dos anos 80, ainda testassem a fórmula da intervenção “rápida, limitada e justificada” — um ensaio geral para o que viriam a ser outros tipos de “operações de paz”, “intervenções humanitárias” ou “ataques cirúrgicos” nas décadas seguintes. Muda o vocabulário, o cenário geopolítico, o alvo, mas a estrutura dramática é espantosamente parecida.

Primeiro, constrói-se a figura do vilão. Noriega serviu durante anos a interesses norte-americanos, mas, no momento em que deixou de ser útil e começou a incomodar, a narrativa foi recalibrada: de aliado ambíguo a inimigo da liberdade, foi um salto relativamente simples. Até aí, nada de novo: a história latino-americana é um catálogo de personagens que passaram pela mesma metamorfose, da sala de jantar diplomática ao patíbulo moral.

Depois, define-se a justificativa nobre. No Panamá, ela veio na embalagem da “guerra às drogas” somada à defesa de cidadãos norte-americanos e ao restabelecimento da democracia. Três cartas fortes para jogar na mesa da opinião pública. É curioso como a palavra “democracia” aparece, nesses contextos, como um artigo de exportação, sempre a bordo de porta-aviões e bombardeiros, nunca de voos comerciais regulares ou longos programas de cooperação.

Por fim, anuncia-se a vitória. E aqui a dramaturgia é essencial: imagens de soldados distribuindo comida, crianças sorrindo, o ditador capturado, líderes locais assinando compromissos. A ação militar, com seus danos colaterais, precisa ser editada como trailer de cinema, em que só entram as cenas que compõem o enredo heroico. A guerra, como o cinema, é montada na sala de edição.

O que não entra? Não entra a sensação difusa de humilhação nacional, esse sentimento agriadoce de ter sido “libertado” por tropas estrangeiras. Não entram os mortos sem nome, nem as casas queimadas, nem o medo de sair à rua enquanto blindados ocupam esquinas que antes pertenciam a vendedores ambulantes. Não entra, sobretudo, a ideia incômoda de que, talvez, a democracia seja um edifício frágil quando o alicerce é um desembarque militar.

Anos depois, quando a poeira baixa, o que fica é um país com instituições remodeladas às pressas, elites realinhadas, dependências renovadas. A narrativa oficial segue firme: “foi necessário, foi para o bem comum, funcionou”. Na prática, porém, a marca da intervenção permanece como uma cicatriz: discreta à distância, mas sempre sensível ao toque.

Há um detalhe irônico nessa história: Noriega foi levado aos Estados Unidos para ser julgado, como se aquele tribunal tivesse o poder de encerrar simbolicamente não só um regime, mas toda uma era de ambiguidades. O homem que durante anos trabalhou nos bastidores da geopolítica, navegando entre serviços secretos e interesses cruzados, termina exibido como troféu de moralidade. O mundo respira aliviado: o vilão está preso, a ordem foi restabelecida.

Mas ordem para quem? Talvez esse seja o ponto central.

Na gramática das potências, “ordem” costuma significar previsibilidade de negócios, rotas comerciais livres, governos que não atrapalhem demais o fluxo de capitais. Democracia, nesses casos, é um bônus: se vier junto, ótimo; se não vier,

pode ficar para depois. O Panamá pós-invasão ganhou eleições, partidos, discursos inflamados sobre soberania — e, ao mesmo tempo, renovou concessões estratégicas, manteve-se alinhado a uma lógica econômica que não se decidiu nas ruas da Cidade do Panamá, mas em gabinetes muitos quilômetros ao norte.

Para o cidadão comum, isso se traduz em contradições miúdas: o país agora é “democrático”, mas a sensação de que decisões fundamentais são tomadas fora de sua esfera de influência continua. Mudam-se os uniformes, trocam-se as bandeiras, mas a estrutura de dependência persiste. É uma espécie de república sob tutela, de maioridade política com curatela geopolítica permanente.

E nós, aqui do lado de cá do continente, assistimos àquilo tudo como quem olha o espelho e finge que não se reconhece. A América Latina tem uma longa tradição de ser “corrigida” de fora para dentro. Golpes apoiados, governos derrubados, presidentes escolhidos a dedo — a história é velha, mas volta sempre com roupa nova. O Panamá de 1989 é só um capítulo particularmente explícito dessa série.

Talvez o mais perturbador seja perceber como a noção de “sucesso” em política externa quase nunca se preocupa com a vida que acontece depois das manchetes. Um bombardeio certeiro é celebrado; um processo democrático lento, cheio de contradições internas, é visto com desconfiança. A ação rápida é exaltada; a construção paciente de instituições é considerada entediante demais para merecer atenção.

Em certa medida, o mundo foi se acostumando a confundir “resultado imediato” com “solução”. Derruba-se um governante, prende-se um ditador, destrói-se uma infraestrutura militar, e pronto: a missão está cumprida. O fato de que, dali em diante, aquele país terá de lidar por décadas com as consequências — psicológicas, políticas, econômicas — raramente entra no cálculo de êxito. A equação é resolvida pela metade.

Hoje, passados tantos anos, a invasão do Panamá vive num lugar ambíguo da memória coletiva: para uns, é um exemplo de operação rápida e “bem-sucedida”; para outros, um lembrete de que a soberania pode ser revogada como cartão de crédito. Para a história oficial, segue valendo o rótulo de sucesso. Para a história miúda, a que se conta em conversas familiares, em bairros populares, em lembranças de sirenes e clarões no céu, talvez a palavra seja outra.

Talvez, no fundo, a crônica comece justamente onde a propaganda termina. Lá onde o “sucesso” precisa ser traduzido em vidas concretas: no velho que perdeu a casa, na criança que se acostumou a dormir com medo de aviões, na mulher que viu o bairro virar zona de guerra em poucas horas. Nenhuma dessas pessoas foi consultada sobre a operação. Mas todas elas entraram, involuntariamente, no balanço final.

E é aí que se revela a assimetria brutal do verbo “invadir”. Quem invade escolhe o momento, a justificativa, a pauta moral. Quem é invadido recebe um pacote completo: bombas, discursos, promessas, e a tarefa ingrata de reconstruir o que foi destruído em nome do seu próprio futuro.

No final, “Invasão do Panamá em 1989, com a prisão do presidente Manuel Noriega, foi sucesso” funciona muito bem como frase de abertura de relatório. Como início de crônica, porém, ela exige que a gente faça o que os relatórios não fazem: virar o tabuleiro, olhar a cena com os olhos de quem estava do outro lado da mira — e perguntar, sem medo de estragar o enredo: sucesso para quem? E a que preço?